

EMENDA CONSTITUCIONAL N. ° 1, DE 18 DE JUNHO DE 1990.

Dá nova redação ao Capítulo I do Título VI da Lei Orgânica do Município de Unaí.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ, nos termos do § 2º do artigo 66 da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

O Capítulo I, do Incentivo à Economia Municipal, do Título VI, da Ordem Econômica e Social, da Lei Orgânica do Município de Unaí passa a vigorar com a seguinte redação:

TÍTULO VI

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

DO INCENTIVO À ECONOMIA MUNICIPAL

Art. 167. O Município, para fomentar o desenvolvimento econômico e social, observados os princípios da Constituição da República e desta Lei Orgânica, estabelecerá o Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado, que será proposta pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e aprovado em lei.

§ 1º Na composição do Conselho será assegurada a participação da sociedade civil.

§ 2º O plano terá os seguintes objetivos, entre outros:

I – o desenvolvimento sócio-econômico integrado do Município;

II – a racionalização e a coordenação das ações do Governo Municipal;

III – o incremento das atividades produtivas do Município;

IV – a expansão social do mercado consumidor;

V – a superação das desigualdades sociais;

VI – a expansão do mercado de trabalho.

§ 3º Na fixação das diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no parágrafo anterior, deve o Município respeitar e preservar os valores culturais.

Art. 168. A exploração, pelo Município, de atividade econômica não será permitida, salvo quando motivada por relevante interesse coletivo.

Art. 169. O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Art. 170. O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meio de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo único. São isentas de impostos as respectivas cooperativas.

Art. 171. O Município dispensará tratamento jurídico diferenciado à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei, com a simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, ou com a eliminação ou a redução destas por meio de lei.

Parágrafo único. O Município, para consecução dos objetivos mencionados no caput do artigo, poderá adotar sistema tarifário diferenciado, na forma da lei.

Unai, em 18 de junho de 1990.

VEREADOR JOSÉ MÁRIO KAZMIRCZAK
Presidente

VEREADOR ANÉSIO MACHADO DE CAMARGOS
Vice-Presidente

VEREADOR ADELSON PINTO DE CARVALHO
1º Secretário

VEREADOR LUIZ DENONI
2º Secretário

VEREADORA ANTÔNIA ZELY DA COSTA

VEREADOR ANTÔNIO GONZAGA

VEREADORA CLÉLIA MARIA DE AZEVEDO CALDERON

VEREADOR DAVID MARTINS SOUTO

VEREADOR EULER MARTINS FERREIRA

VEREADOR HAROLDO WAGNER VALADÃO

VEREADOR JOSÉ MARIA MENDES

VEREADOR JUSCELINO LEÃO DO AMARAL

VEREADOR OZAMO JOSÉ DE SOUSA

VEREADOR RAIMUNDO MARIANO COSTA

VEREADOR ROSIVAL FRANCISCO DE OLIVEIRA